



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Relatório INSP-2020-0166

BI-2020-0078 (Bencom); BI-2020-0079 (Petroaço

1 – Dados da inspeção

Data: 22/10/2020

Hora: 9h30

Tipo: Ação Direta

Âmbito: Regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente – Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto; Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: Paulo M. Pires

Outros inspetores da IRA: Luís MAS. Machado

Diligências realizadas:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, no âmbito da campanha de inspeções a instalações abrangidas pelo regime jurídico de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas, instituído pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto.

De modo a garantir a presença e disponibilidade de interlocutor habilitado a prestar os esclarecimentos necessários, a inspeção foi previamente comunicada ao operador.

O operador fez-se representar na inspeção por um administrador da Bencom, Eng. José Paiva, pelo responsável do estabelecimento, Eng. Alberto Abreu, pela responsável dos sistemas AQS (por videoconferência), Eng.ª Marta Travassos, e pela gestora de segurança, Dr.ª Carla Coutinho, os quais forneceram os esclarecimentos pertinentes e facultaram acesso à documentação relevante.

A inspeção consistiu na consulta de documentação e registos relacionados com a exploração do estabelecimento e com a prevenção de acidentes graves, na obtenção de esclarecimentos por parte dos interlocutores presentes e na visita às instalações. A inspeção abrangeu o terminal de armazenagem de fuelóleo da Nordela, pertencente à Bencom, e o terminal de combustíveis da Nordela, pertencente à Petroaço

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com toda a legislação aplicável.

2 – Estabelecimento inspecionado

2.1 – Operador

Firma: Bencom - Armazenagem e Comércio de Combustíveis, SA

NIPC: 512033838

Sede: Largo Vasco Bensaúde, n.º 13

Código Postal: 9500-103

Freguesia: Ponta Delgada (São Sebastião)

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: Ilha de São Miguel



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

2.2 – Estabelecimentos inspecionados

2.2.1 – Dados gerais

Nome: Terminal de armazenagem de fuelóleo da Nordela (Bencom)

Endereço: Rua Baden Powell n.º 30

Código Postal: 9500-732

Freguesia: Santa Clara

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: Ilha de São Miguel

Atividade: 46711 – Comércio por grosso de produtos petrolíferos; 52102 - Armazenagem não frigorífica

Período de funcionamento Das 8h00 às 17h00, de 2.ª a 6.ª

Licenciamento da atividade: Licença de exploração n.º 3/2019, emitida em 06/06/2019 pela Direção Regional da Energia



Figura 2.1: Localização do terminal de armazenagem de fuelóleo da Nordela (Bencom).

Nome: Terminal de combustíveis da Nordela (Petroaçores)

Endereço: Rua Baden Powell n.º 30

Código Postal: 9500-732

Freguesia: Santa Clara

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: Ilha de São Miguel

Atividade: 52102 – Armazenagem não frigorífica; 46711 – Comércio por grosso de produtos petrolíferos

Período de funcionamento Das 8h00 às 17h00, de 2.ª a 6.ª



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Licenciamento da atividade: Alvará n.º 1234, emitido em 09/03/2004 pela Direção Regional da Energia, válido por 20 anos. Foi averbado no nome da Petroaçoers em 10-03-2011.



Figura 2.2: Localização do terminal de combustíveis da Nordela (Petroaçoers).

2.2.2 – Enquadramento no regime de prevenção de acidentes graves

Substâncias perigosas potencialmente presentes no terminal de armazenagem de fuelóleo da Nordela (Bencom) ^{a)}:

Identificação da substância perigosa	Categoria (parte I, anexo I, DL 150/2015)	Substância Designada (parte II, anexo I, DL 150/2015)	Quantidade máxima (t)
Fuelóleo	E1	n.º 34: Produtos petrolíferos e combustíveis alternativos	29784
Gasóleo	P5c, E2	n.º 34: Produtos petrolíferos e combustíveis alternativos	9921

^{a)} Apenas são mencionadas as substâncias relevantes para efeitos do anexo I do DL 150/2015.

Início de atividade: 2014

Enquadramento no DL 150/2015: Estabelecimento existente - al. f) art. 3.º

Classificação quanto à perigosidade: Estabelecimento de nível superior

Integra grupo de efeito dominó? ☐ Não

☒ Sim; Grupo constituído pelos estabelecimentos Bencom, Petroaçoers e SAAGA

Substâncias perigosas potencialmente presentes no terminal de combustíveis da Nordela (Petroaçoers) ^{a)}:

Identificação da substância perigosa	Categoria (parte I, anexo I, DL 150/2015)	Substância Designada (parte II, anexo I, DL 150/2015)	Quantidade máxima (t)
Gasolina	P5a, E2	n.º 34: Produtos petrolíferos e combustíveis alternativos	5648,39
Gasóleo	P5c, E2	n.º 34: Produtos petrolíferos e combustíveis alternativos	3363,51
JET A1	P5c, E2	n.º 34: Produtos petrolíferos e combustíveis alternativos	13781,22
Marcador de gasóleo	E2		1,1

^{a)} Apenas são mencionadas as substâncias relevantes para efeitos do anexo I do DL 150/2015.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Início de atividade: 1959

Enquadramento no DL 150/2015: Estabelecimento existente - al. f) art. 3.º

Classificação quanto à perigosidade: Estabelecimento de nível inferior

Integra grupo de efeito dominó? ☐ Não

☒ Sim; Grupo constituído pelos estabelecimentos Bencom, Petroaçoeres e SAAGA

2.2.3 - Atividades exercidas, relacionadas com substâncias perigosas

Atividade	Descrição sumária da atividade																																										
Receção de substâncias perigosas	<p>O fuelóleo é recebido por <i>pipeline</i> de 12” a partir do terminal portuário do Porto Comercial de Ponta Delgada. Dada a distância e a diferença de cota entre o porto e o estabelecimento, existe uma estação de bombagem intermédia (<i>booster pump</i>) localizada na Rua Eng. Abel Ferin Coutinho, em Santa Clara.</p> <p>Os restantes combustíveis são recebidos através de um <i>pipeline</i> de 10” multiproduto.</p>																																										
Armazenagem de substâncias perigosas	<p>Os principais tanques de armazenamento dos estabelecimentos são do tipo cilíndricos verticais, de montagem aérea. Todos os tanques estão instalados em bacias de retenção. Os de armazenamento de gasolina possuem écran flutuante para limitar a perda de produto por evaporação.</p> <p>Tanques do terminal de armazenagem de fuelóleo da Nordela (Bencom):</p> <table><tr><th>Reservatório</th><th>Capacidade (m3)</th><th>Produto</th></tr><tr><td>TO-401</td><td>10435</td><td>Fuelóleo</td></tr><tr><td>TO-402</td><td>10347</td><td>Fuelóleo</td></tr><tr><td>TO-403</td><td>10437</td><td>Fuelóleo</td></tr><tr><td>TO-404</td><td>10444</td><td>Gasóleo</td></tr><tr><td>TO-405 (caldeiras)</td><td>25</td><td>Fuelóleo</td></tr></table> <p>Tanques do terminal de combustíveis da Nordela (Petroaçoeres):</p> <table><tr><th>Reservatório</th><th>Capacidade (m3)</th><th>Produto</th></tr><tr><td>TK-1224</td><td>2751</td><td>Gasolina ^{a)}</td></tr><tr><td>TK-1226</td><td>4018</td><td>Gasolina</td></tr><tr><td>TK-1247</td><td>4871</td><td>JET A1</td></tr><tr><td>TK-1256</td><td>9185</td><td>JET A1</td></tr><tr><td>TK-1382</td><td>1730</td><td>JET A1</td></tr><tr><td>TK-1416</td><td>95</td><td>JET A1</td></tr><tr><td>TK-1225</td><td>3617</td><td>Gasóleo ^{b)}</td></tr></table> <p>a) Encontrava-se aberto para preparar inspeção API. b) Destinado temporariamente ao armazenamento de gasolina.</p> <p>Existia também um tanque com cerca de 47 m³ (TK-1230) que era utilizado para armazenagem de petróleo e que à data da inspeção continha resíduos deste produto, e 4 tanques horizontais com capacidade unitária de 50 m³ utilizados para manobra e armazenamento temporário de produtos fora de especificação (tanques 1261, 1227, 1228 e 1229).</p>	Reservatório	Capacidade (m3)	Produto	TO-401	10435	Fuelóleo	TO-402	10347	Fuelóleo	TO-403	10437	Fuelóleo	TO-404	10444	Gasóleo	TO-405 (caldeiras)	25	Fuelóleo	Reservatório	Capacidade (m3)	Produto	TK-1224	2751	Gasolina ^{a)}	TK-1226	4018	Gasolina	TK-1247	4871	JET A1	TK-1256	9185	JET A1	TK-1382	1730	JET A1	TK-1416	95	JET A1	TK-1225	3617	Gasóleo ^{b)}
Reservatório	Capacidade (m3)	Produto																																									
TO-401	10435	Fuelóleo																																									
TO-402	10347	Fuelóleo																																									
TO-403	10437	Fuelóleo																																									
TO-404	10444	Gasóleo																																									
TO-405 (caldeiras)	25	Fuelóleo																																									
Reservatório	Capacidade (m3)	Produto																																									
TK-1224	2751	Gasolina ^{a)}																																									
TK-1226	4018	Gasolina																																									
TK-1247	4871	JET A1																																									
TK-1256	9185	JET A1																																									
TK-1382	1730	JET A1																																									
TK-1416	95	JET A1																																									
TK-1225	3617	Gasóleo ^{b)}																																									



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Atividade	Descrição sumária da atividade
Utilização / transformação de substâncias perigosas	No estabelecimento da Bencom é utilizado fuelóleo nas caldeiras de fluido térmico para aquecimentos dos reservatórios de armazenamento. As restantes substâncias armazenadas destinam-se a ser expedidas sem qualquer transformação. A movimentação dos produtos dentro dos estabelecimentos e para fora dos estabelecimentos é efetuada com recurso à estação de bombagem instalada no estabelecimento da Petroaço.
Expedição de substâncias perigosas	O fuelóleo pode ser expedido por pipeline para o terminal portuário ou por carro tanque para clientes locais. Os restantes produtos podem sair do estabelecimento através de carro tanque ou através de <i>pipeline</i> para o aeroporto (JET A1) ou para o porto.
Operação e manutenção de infraestruturas e equipamentos	As atividades relacionadas com a operação normal dos estabelecimentos, tais como descarga de navios, movimentação de produtos e trabalhos de manutenção preventiva, são executadas pelo pessoal afeto à Bencom.

2.2.4 – Alterações relevantes desde a última inspeção

Âmbito	Descrição sumária das alterações relevantes desde a última inspeção (09/12/2019)
Gestão / negócio	Sem alteração.
Pessoal	Sem alterações relevantes.
Tecnologia / equipamentos	Sem alterações relevantes.
Instalações / envolvente	Sem alterações relevantes.
Foi declarada alteração substancial? (art. 25.º DL 150/2015)	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim

3 – Verificação das obrigações associadas aos instrumentos de prevenção

As referências feitas no presente capítulo à APA, à IGAMAOT e à ANPC devem entender-se como sendo feitas às entidades regionais competentes na matéria, respetivamente, a Direção Regional do Ambiente (DRA), a Inspeção Regional do Ambiente (IRA) e o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA).

3.1 – Comunicação da informação (anterior notificação)

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador comunica, através de formulário, que inclui os elementos definidos no anexo II do DL 150/2015, nos seguintes casos: i) Novo estabelecimento, previamente ao início da construção ou de alteração que implique a modificação de inventário; ii) Outro estabelecimento, no prazo de seis meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido pelo DL 150/2015.	n.º 1, art. 14.º DL 150/2015	Não aplicável	Estabelecimentos existentes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
b) O operador atualiza a comunicação previamente à ocorrência das seguintes situações: i) Alteração substancial de um estabelecimento sempre que haja alteração da informação constante da comunicação; ii) Alteração da classificação de substâncias perigosas presentes, por via da alteração legislativa ou por autotclassificação, sempre que implique uma alteração do enquadramento do estabelecimento, de nível inferior para superior ou vice-versa; iii) Alteração da informação constante das alíneas a), b) e c) do anexo II ao DL 150/2015.	n.º 2, art. 14.º DL 150/2015	Cumprido	A última alteração da informação do estabelecimento da Bencom foi efetuada em 16/12/2019 ((DSQA-NS/2019/003). Relativamente ao estabelecimento da Petroaçoires a última atualização datava de 19/02/2019 (DSQA-NS/2019/001).
c) O encerramento definitivo ou desativação do estabelecimento é comunicado previamente pelo operador à APA, I. P., e à IGAMAOT e, no caso de estabelecimento de nível superior, também à ANPC, apresentando uma declaração que ateste a data a partir da qual deixa de haver presença de substâncias perigosas no estabelecimento.	n.º 3, art. 14.º DL 150/2015	Não aplicável	Não estava previsto o encerramento dos estabelecimentos.

3.2 – Política de prevenção de acidentes graves

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador define uma política de prevenção de acidentes graves, que deve constar de documento escrito.	n.º 1, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Foram evidenciados documentos escritos com a política de prevenção dos estabelecimentos, assinados, respetivamente, pela administração da Bencom e da Petroaçoires. Bencom: edição 03, de 22/06/2019; Petroaçoires: edição 01, de 22/06/2019.
b) A política de prevenção de acidentes graves deve ser proporcional ao perigo de acidentes graves e incluir: i) Os objetivos e princípios de ação gerais fixados pelo operador, nomeadamente a garantia de um nível elevado de proteção da saúde humana e do ambiente; ii) O papel e a responsabilidade da gestão de topo; iii) O empenho na melhoria contínua do controlo dos perigos de acidentes graves.	n.º 2, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Evidenciado nos documentos.
c) A política de prevenção de acidentes graves é revista e, se necessário, atualizada: i) De cinco em cinco anos, considerando, se aplicável, a informação disponibilizada pelos operadores dos estabelecimentos de grupo de efeito dominó; ii) Sempre que se introduza no estabelecimento uma alteração substancial.	n.º 4, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

3.3 – Relatório de segurança

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador de estabelecimento de nível superior elabora e submete o relatório de segurança, nos seguintes casos: i) Novo estabelecimento, previamente ao início da construção ou de alteração de inventário de substâncias perigosas da qual decorra que o estabelecimento passe a ser de nível superior, tendo em atenção o disposto no artigo seguinte; ii) Outro estabelecimento, no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido pelo DL 150/2015.	n.º 1, art. 18.º DL 150/2015	Cumprido	Submeteu nova versão do relatório de segurança para aprovação em 27/02/2019 (Ed. 01, Rev. 1).
b) O operador de estabelecimento de nível superior revê e, se necessário, atualiza o relatório de segurança, e submete a versão atualizada ou partes atualizadas do mesmo, nas seguintes situações: i) Previamente à introdução de uma alteração substancial do estabelecimento; ii) Periodicamente de cinco em cinco anos; iii) Na sequência de acidente grave; iv) Sempre que novos factos ou conhecimentos o justifiquem, por iniciativa do operador ou a pedido da autoridade ambiental.	n.º 2, art. 18.º DL 150/2015	Necessária avaliação	O relatório de segurança foi elaborado com base na previsão de que no estabelecimento da Bencom apenas se armazenaria fuelóleo (capítulos 1.2.2 e 3.4.2.1). Com a introdução do armazenamento de gasóleo no estabelecimento, que representa cerca de 25% da capacidade total de armazenamento, o relatório de segurança encontrava-se em desconformidade com a realidade. Estavam ainda em curso alterações no estabelecimento da Petroaçoires com implicação na avaliação do risco, designadamente a alteração do traçado de tubagens na bacia principal, as quais deverão ficar concluídas no decurso de 2021.
c) O operador não pode iniciar a construção do estabelecimento ou a execução da alteração substancial antes da aprovação do relatório de segurança.	n.º 10, art. 19.º DL 150/2015	Não aplicável	
d) Se da revisão do relatório de segurança o operador verificar não ser necessária a sua atualização, deve apresentar a fundamentação dessa opção.	n.º 3, art. 18.º DL 150/2015	Não aplicável	
e) No caso de aprovação condicionada do relatório de segurança e suas atualizações, o operador deve cumprir as condições constantes do parecer.	n.º 2, art. 19.º DL 150/2015	Não aplicável	O relatório de segurança foi aprovado sem condições (ofício SAI/DRA/2019/1255, de 26/03/2019).

3.4 – Auditoria ao sistema de gestão da segurança

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador apresenta à APA, I. P., até 30 de abril de cada ano, um relatório de auditoria, relativo ao ano anterior, que ateste a conformidade do sistema de gestão de segurança do estabelecimento.	n.º 1, art. 20.º DL 150/2015	Não cumprido	O relatório da auditoria realizada em 25 e 26 de agosto de 2020 foi enviado à DRA em 02/09/2020. O envio fora do prazo deveu-se à dificuldade em agendar a deslocação do verificador à RAA devido às condicionantes motivadas pela COVID-19.
b) A auditoria é obrigatoriamente realizada por verificadores qualificados pela APA, I. P.	n.º 2, art. 20.º DL 150/2015	Cumprido	Auditoria realizada pelo verificador n.º 20, ao serviço da SGS.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

3.5 – Plano de emergência interno (PEI) / plano de emergência interno simplificado (PEIS)

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador elabora o plano de emergência interno/Plano de emergência interno simplificado de acordo com as orientações fixadas pelas autoridades ambiental e de proteção civil, nos seguintes casos: i) Novo estabelecimento, previamente à entrada em funcionamento; ii) Outro estabelecimento, no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido.	n.º 1, art. 22.º DL 150/2015 n.º 1, art. 23.º DL 150/2015	Não aplicável	Estabelecimentos existentes.
b) Os trabalhadores e o pessoal relevante contratado a longo prazo que preste serviço no estabelecimento de nível superior são consultados pelo operador para efeitos de elaboração e da atualização do plano de emergência interno.	n.º 2, art. 22.º DL 150/2015	Cumprido	Requisito implementado no âmbito da revisão do PEI.
c) Os planos de emergência internos e os planos de emergência internos simplificados são revistos e, se necessário, atualizados: i) Pelo menos de três em três anos; ii) Previamente à entrada em funcionamento de uma alteração substancial.	n.º 4 e 5, art. 21.º DL 150/2015	Cumprido	Foi efetuada uma revisão global do plano de emergência interno em novembro de 2018 , tendo integrado no mesmo plano os estabelecimentos da Petroaço e da Bencom.
d) O plano de emergência interno e o plano de emergência interno simplificado são colocados à disposição da APA, I. P., da ANPC, da IGAMAOT, da câmara municipal e da entidade licenciadora, coordenadora ou competente para a autorização do projeto, sempre que solicitado.	n.º 3, art. 22.º DL 150/2015 n.º 2, art. 23.º DL 150/2015	Cumprido	

3.6 – Plano de emergência externo

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador de estabelecimento de nível superior fornece à ANPC, de acordo com as orientações fixadas por essa autoridade, a informação necessária à elaboração do plano de emergência externo, nas seguintes situações: i) Novo estabelecimento, previamente à entrada em funcionamento; ii) Outro estabelecimento, no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido.	n.º 2, art. 24.º DL 150/2015	Cumprido	Foi remetida informação ao Serviço de Proteção Civil da Câmara Municipal de Ponta Delgada através de carta datada de 16/01/2019.
b) A informação necessária à elaboração do plano de emergência externo é revista e, se necessário, atualizada: i) Pelo menos de três em três anos; ii) Previamente à entrada em funcionamento de uma alteração substancial.	n.º 4 e 5, art. 21.º DL 150/2015 n.º 3, art. 24.º DL 150/2015	Cumprido	Não ocorreu nenhuma das condições.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

3.7 – Exercícios de aplicação dos planos de emergência

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador deve realizar os seguintes exercícios de aplicação dos planos de emergência: i) Plano de emergência interno: no mínimo, uma vez por ano; ii) Plano de emergência Interno simplificado: no mínimo, de dois em dois anos; iii) Exercícios conjuntos dos planos de emergência de estabelecimentos que integrem um grupo de efeito dominó: no mínimo, de três em três anos.	n.º 1, art. 27.º DL 150/2015	Cumprido	O último exercício de aplicação do plano de emergência foi realizado em 27/01/2020. Estava agendado para o dia 18/11/2020 a realização de um novo exercício de aplicação do plano de emergência. Este exercício será realizado em conjunto com os estabelecimentos do grupo de efeito dominó.
b) Os exercícios de aplicação dos planos de emergência devem ser comunicados à APA, I. P., à ANPC, à IGAMAOT e à câmara municipal, com uma antecedência mínima de 10 dias.	n.º 3, art. 27.º DL 150/2015	Cumprido	A realização do exercício de janeiro de 2020 foi comunicada em 13/01/2020. O de novembro de 2020 foi comunicado no dia 6 do mesmo mês.
c) A câmara municipal realiza exercícios de aplicação do plano de emergência externo, no mínimo de três em três anos, e comunica a sua realização à APA, I. P., à ANPC, à IGAMAOT, com uma antecedência de 10 dias.	n.º 2, art. 27.º DL 150/2015	Não aplicável	Não aplicável no contexto desta inspeção.

3.8 – Estabelecimentos de efeito dominó

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) No prazo de 30 dias, após a comunicação da APA, I. P., o operador envia aos demais estabelecimentos integrados no seu grupo de efeito dominó a informação com o seguinte conteúdo mínimo: i) Descrição das atividades desenvolvidas; ii) Inventário de substâncias perigosas e informação sobre a sua perigosidade, designadamente as fichas de dados de segurança; iii) Representação em carta dos cenários de acidentes cujo alcance atinja os estabelecimentos que integram o grupo de efeito dominó, a qual é de carácter facultativo para os estabelecimentos não enquadrados no nível superior.	n.º 3, art. 26.º DL 150/2015	Cumprido	O operador remeteu informação aos restantes estabelecimentos do grupo de efeito dominó em março de 2015 – a referida nos pontos i) e ii) – e em fevereiro de 2019 – a mencionada no ponto iii).
b) O operador tem em conta a informação disponibilizada pelos estabelecimentos identificados em grupos de efeito dominó, nomeadamente a relativa à natureza e extensão do perigo global de acidente grave, na sua política de prevenção de acidentes graves, no sistema de gestão da segurança, no relatório de segurança, no plano de emergência interno e na informação necessária à elaboração do plano de emergência externo.	n.º 5, art. 26.º DL 150/2015	Cumprido	Recebeu informação atualizada do operador SAAGA em março de 2020, a qual será tida em conta em futuras revisões do relatório de segurança e do plano de emergência.

3.9 – Avaliação de compatibilidade de localização

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador requer a avaliação da compatibilidade, acompanhado de um estudo das zonas de perigosidade do estabelecimento nas seguintes situações: i) Projeto de implantação de novo estabelecimento; ii) Projeto de alteração substancial.	art. 8.º e 9.º DL 150/2015	Cumprido	Foi requerida a avaliação da compatibilidade de localização para o estabelecimento da Bencom em 2012. Obteve parecer favorável emitido pela Direção Regional do Ambiente (ofício SAI-DRA/2012/3361, de 17/12/2012).
b) No caso de decisão favorável condicionada, o operador deve cumprir as condições estabelecidas.	n.º 3, art. 8.º DL 150/2015	Não aplicável	Obteve parecer favorável não condicionado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) O operador não pode iniciar a construção do estabelecimento ou a execução da alteração antes de decisão da APA, I. P., que ateste a compatibilidade de localização dos projetos.	n.º 4, art. 8.º DL 150/2015	Não aplicável	A construção teve início em 2013.

3.10 – Cadastro de zonas de perigosidade

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador envia, através de formulário, proposta fundamentada das zonas de perigosidade associadas ao estabelecimento, nos seguintes prazos: i) Até um ano, a partir data de entrada em vigor do DL 150/2015 no caso de estabelecimento existente de nível superior; ii) Até dois anos, a partir data de entrada em vigor do DL 150/2015 no caso de estabelecimento existente de nível inferior; iii) Até à entrada em funcionamento, no caso de alteração substancial que não implique um aumento dos perigos de acidente grave, de forma a atualizar a informação constante do cadastro, nomeadamente no caso da desativação de instalações; iv) Até 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido pelo DL 150/2015, no caso de outro estabelecimento.	art. 12.º DL 150/2015	Cumprido	Remeteu o formulário com a proposta das zonas de perigosidade à DRA, por e-mail, em 08/01/2018.

3.11 – Informação ao público

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador elabora, divulga e mantém disponível ao público de forma permanente, nomeadamente por via eletrónica, a informação constante do anexo VI.	n.º 1, art. 30.º DL 150/2015	Cumprido	A informação encontrava-se disponível no <i>site</i> dos titulares dos estabelecimentos (www.bencom.pt e www.petroacores.pt).
b) A informação prevista no número anterior é atualizada sempre que necessário, nomeadamente quando ocorra uma alteração substancial do estabelecimento.	n.º 2, art. 30.º DL 150/2015	Cumprido	Os formulários foram atualizados em 13/12/2019.

3.12 – Responsabilidade ambiental

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Cumprido	A atividade dos operadores Bencom e Petroacores está coberta por seguros de responsabilidade ambiental da seguradora Fidelidade, titulado, respetivamente, pelas apólices RC64416028 e RC64416050.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

4 – Implementação da política de prevenção de acidentes graves

4.1 – Garantia de meios e estruturas adequados

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<p>a) O operador é responsável pela implementação da política de prevenção de acidentes graves, garantindo a existência de meios e estruturas adequadas e de um sistema de gestão da segurança para a prevenção de acidentes graves (estabelecimento de nível superior) ou sistemas de gestão adequados (estabelecimento de nível inferior).</p> <p>O sistema de gestão de segurança deve ser proporcional aos perigos, às atividades industriais e à complexidade da organização do estabelecimento e basear-se na avaliação dos riscos.</p> <p>O sistema de gestão de segurança integra a parte do sistema de gestão geral que inclui a estrutura organizacional, as responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos que permitem determinar e pôr em prática a política de prevenção de acidentes graves.</p>	<p>n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015</p>	<p>Cumprido</p>	<p>Foi implementado um sistema de gestão da segurança para a prevenção de acidentes graves, conforme descrito no capítulo 2 do Relatório de Segurança (ed. 01 – Rev. 01).</p> <p>O sistema é aplicável às atividades desenvolvidas no terminal de combustíveis da Nordela, o qual integra os estabelecimentos da Petroaço e da Bencom. Para consubstanciar esta visão global e única dos dois estabelecimentos abrangidos foi criado um órgão de gestão do terminal constituído por um representante da Petroaço, um representante da Bencom e pelo diretor dos dois estabelecimentos.</p> <p>O sistema de gestão da segurança para a prevenção de acidentes graves foi auditado em agosto de 2020, conforme previsto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, tendo sido considerado conforme.</p> <p>O operador dos estabelecimentos (Bencom) tem também implementado um sistema de gestão da qualidade e ambiente segundo os referenciais normativos NP EN ISO 9001 e NP EN ISO 14001.</p>

4.2 – Organização e pessoal

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<p>a) Funções e responsabilidades do pessoal envolvido na gestão dos perigos de acidentes graves a todos os níveis da organização em conjunto com as medidas destinadas a reforçar a sensibilização para a necessidade de melhoria contínua. Identificação das necessidades de formação desse pessoal e organização dessa formação. Participação do pessoal, incluindo subcontratados a operar no estabelecimento, relevante do ponto de vista da segurança.</p>	<p>n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015</p>	<p>Cumprido</p>	<p>Foram elaboradas fichas de descrição de funções que constam dos anexos 2.4 e 2.5, capítulo 2, do Relatório de Segurança.</p> <p>Com base no levantamento das necessidades de formação é elaborado um plano de formação anual.</p> <p>Do plano de 2020 destaca-se a realização de uma ação de formação sobre a inspeção, teste e manutenção de sistemas de combate a incêndios, e uma ação para operadores de equipas de emergência.</p>



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

4.3 – Identificação e avaliação dos perigos de acidentes graves

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos para identificação sistemática dos perigos de acidentes graves que possam surgir em condições normais e anormais de funcionamento, incluindo atividades subcontratadas, se relevante, e avaliação da probabilidade de ocorrência desses acidentes e da sua gravidade.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Foi realizado um estudo aprofundado de identificação de perigos e análise de riscos, que constitui o capítulo 4 do Relatório de Segurança. Neste estudo foram identificados 76 acontecimentos iniciadores de acidentes e analisadas as respetivas condições de operação, as possíveis causas e a sua provável evolução. A identificação sistemática de perigos e avaliação de riscos é efetuada de acordo com o procedimento de trabalho PT.BENC.01 da Bencom. Em resultado da aplicação do procedimento às atividades de rotina desenvolvidas no terminal foi revista a matriz de identificação de perigos e avaliação de riscos em janeiro de 2020. O procedimento é também aplicado a atividades pontuais ou ocasionais, por exemplo no âmbito de processos de gestão da mudança.

4.4 – Controlo operacional

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos e instruções para o funcionamento em condições de segurança, incluindo operações de manutenção, processos, equipamento, gestão dos alarmes e paragens temporárias; tendo em conta as informações disponíveis sobre melhores práticas em matéria de monitorização e controlo para reduzir o risco de falha do sistema; gestão e controlo dos riscos associados ao envelhecimento do equipamento existente no estabelecimento e corrosão; inventário do equipamento do estabelecimento, estratégia e metodologia para monitorização e controlo do estado do equipamento; seguimento apropriado e quaisquer medidas necessárias.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	O operador dos estabelecimentos tem definidos vários procedimentos escritos aplicáveis às atividades realizadas, incluindo os processos de exploração (receção, armazenagem e expedição de combustíveis) e os processos de manutenção, inspeção e ensaios de infraestruturas, sistemas e equipamentos. A gestão das atividades de manutenção e inspeção é apoiada no programa de gestão da manutenção ManWinWin, no qual estão inventariados os equipamentos sujeitos a controlo. Estavam em curso trabalhos na bacia principal, junto ao tanque 1224, para os quais foi emitida autorização de trabalho (AT-2020/10/20).

4.5 – Gestão das modificações

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos para o planeamento das modificações a introduzir ou para a conceção de uma nova instalação, processo ou local de armazenagem.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	A gestão das modificações é efetuada de acordo com o procedimento PT.BENC.04 definido pelo operador dos estabelecimentos. Foram analisadas modificações abertas em 2020 relacionadas com a admissão de pessoal e com a colocação fora de serviço do tanque 1224.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

4.6 – Planeamento de emergências

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos para identificar emergências previsíveis através de uma análise sistemática, e para preparar, testar e rever planos de emergência a fim de responder a essas emergências, proporcionando formação específica ao pessoal em causa. Essa formação deverá ser dada a todo o pessoal que trabalhe no estabelecimento, incluindo o pessoal subcontratado relevante.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	O processo de planeamento de emergências é validado e acompanhado pelo órgão de gestão do terminal, sendo a implementação da responsabilidade do operador. A identificação das emergências previsíveis resulta da avaliação de riscos, que é revista periodicamente, sendo as mesmas incluídas no plano de emergência interno o qual também está sujeito a revisões periódicas. Ao longo do ano são realizadas ações de formação e treino no âmbito da preparação para combate a emergências.

4.7 – Monitorização de desempenho

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos destinados a uma avaliação contínua do cumprimento dos objetivos fixados pelo operador no âmbito da política de prevenção de acidentes graves e do sistema de gestão da segurança e introdução de mecanismos de investigação e de correção em caso de não cumprimento. Os procedimentos devem englobar o sistema de comunicação de acidentes graves ou de incidentes, nomeadamente os que envolveram falha nas medidas de proteção, e a sua investigação e acompanhamento, com base nas lições aprendidas. Os procedimentos podem também incluir indicadores de desempenho, nomeadamente em matéria de segurança, e outros indicadores pertinentes.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Foram desenvolvidos para o terminal objetivos de monitorização do desempenho, para o período de janeiro de 2018 a dezembro de 2022, abrangendo de forma integrada 3 vertentes: plano swot, plano de objetivos e plano de prevenção de acidentes graves (PPAG). Existem dois planos de monitorização da Bencom, um na qualidade de prestador de serviços de operador do terminal e outro na qualidade de prestador de serviços de armazenagem. A Petroaçoires desenvolveu também um plano de monitorização na qualidade de prestador de serviços de armazenagem. Os planos estão sujeitos a monitorização com periodicidade quadrimestral.

4.8 – Auditoria e revisão

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos destinados à avaliação periódica e sistemática da política de prevenção dos acidentes graves e da eficácia e adequação do sistema de gestão da segurança. Revisão documentada dos resultados da política e do sistema de gestão da segurança e a sua atualização pela gestão de topo, incluindo a consideração e integração das alterações necessárias, resultantes da auditoria e da revisão.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Para além da auditoria externa ao SGSPAG, este ano realizada em agosto, foi também realizar uma auditoria interna, em fevereiro, pela APCER. O SGSPAG é revisto com periodicidades anual pela gestão de topo, cuja realização estava agendada para o mês de novembro de 2020.

5 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram identificadas as seguintes situações irregulares:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

- a) Mantinha-se a irregularidade detetada na inspeção antecedente, relacionada com o facto do relatório de segurança não refletir a situação real do estabelecimento, na medida em que o mesmo foi elaborado com base na previsão de que no estabelecimento da Bencom apenas se armazenaria fuelóleo. Esta situação tem influência, nomeadamente, no estudo de identificação de perigos. O operador alegou que estando ainda a decorrer os trabalhos de alteração do traçado das tubagens na bacia principal do estabelecimento da Petroaço, os quais também terão implicações no estudo de identificação de perigos, fará sentido atualizar o relatório de segurança, incluindo o estudo aprofundado de riscos, depois de concluídos estes trabalhos. Não tendo ocorrido qualquer uma das situações mencionadas nas alíneas a), b) e c) do n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Legislativo n.º 150/2015, de 5 de agosto, a atualização do relatório de segurança poderá ser efetuada por iniciativa do operador ou a pedido da Direção Regional do Ambiente, sendo que, neste último caso, o incumprimento constituirá contraordenação ambiental grave, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 41.º do mesmo diploma.
- b) O operador remeteu à Direção Regional do Ambiente o relatório de auditoria relativo ao ano de 2019 fora do prazo previsto no artigo 20.º do Decreto-Legislativo n.º 150/2015, de 5 de agosto. O operador justificou o envio fora do prazo com a dificuldade em agendar a deslocação do verificador à Região em tempo útil, devido às condicionantes motivadas pela COVID-19. A Direção Regional do Ambiente, através do ofício SAI-DRA/2020/4928, de 31/08/2020, considerou este requisito cumprido.

6 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas:

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: envio do relatório à Direção Regional do Ambiente, para conhecimento.